

Governistas buscam acordo hoje para liberar a pauta

Reunião de líderes com secretário da Receita Federal define mudanças para amenizar os efeitos das novas alíquotas da Cofins. Alterações embasam argumentos do governo para convencer a oposição a votar a MP que cria 2.793 cargos comissionados no Executivo

Página 3



Marcia Moritz

MUDANÇAS No gabinete de Mercadante, senadores discutem com o secretário da Receita Federal medidas para amenizar os efeitos das novas alíquotas da Cofins

Nova Lei de Falências pode ser votada hoje pela CAE

Página 3

Tourinho e Simon analisam negociação com o FMI

Página 7



Marcia Kolome

CRÍTICA Garotinho (à esquerda, ao lado de Edison Lobão) afirma que a Polícia Federal e o Exército não têm condições de impedir o tráfico de drogas e de armas nas fronteiras

Garotinho propõe vigilância para evitar entrada de drogas

Em depoimento à Subcomissão de Segurança Pública do Senado, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, pediu aos parlamentares que “encontrem alguma forma” de tirar a Polícia Federal e o Exército da vigilância das fronteiras do país. Ele sugeriu a criação de uma Guarda de Fronteiras e de uma Guarda Costeira. Para o secretário, a PF e o Exército já mostraram que não têm condições de impedir o tráfico de drogas e de armas.

Página 5



HOMENAGEM Para Maguito, Exército cumpre com altivez papel de defesa da pátria

Dia do Exército é lembrado em Plenário por Maguito Vilela

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) homenageou ontem o Dia do Exército, comemorado em 19 de abril. De acordo com o parlamentar, o Exército Brasileiro tem cumprido suas funções institucionais e de defesa da pátria com brilho, dignidade e altivez.

Maguito explicou que o Exército comemora seu dia em 19 de abril em memória da Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648, quando os soldados brasileiros venceram cerca de 3 mil invasores da Companhia das Índias Ocidentais. Outro feito marcante da instituição foi a manutenção da unidade territorial depois da declaração da Independência, em 1822.

O senador lembrou a participação de combatentes brasileiros nas duas guerras mundiais e ressaltou a batalha dos Apeninos, sangrento episódio da Segunda Guerra Mundial ocorrido durante a tomada de Monte Castelo, na Itália.

Maguito disse ainda que votará na melhor proposta de aumento para o mínimo, pois a elevação da renda estimula o crescimento econômico.

Agenda

Senadores retomam exame de MPs

Os senadores continuam a examinar quatro projetos originados de medidas provisórias que ainda trancam a pauta de votações da Casa. O primeiro item a ser analisado é a proposta que reorganiza o Planalto e os ministérios (PLV 20/04). O ponto polêmico do texto é a criação de cerca de 2 mil cargos comissionados, que podem ser preenchidos sem a realização de concursos.



Sessão solene lembra 20 anos das Diretas Já

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, no Plenário da Câmara, da sessão solene em homenagem aos 20 anos das Diretas Já. Às 11h30, recebe o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e, às 16h, o representante da Girafa Editora, Pedro Paulo Sena. Às 18h, Sarney comparece à abertura da exposição *Quatro Artistas da Paisagem de Brasília*, no Tribunal de Contas da União.



Estatuto da Igualdade Racial na CAE

A proposta da nova Lei de Falências (PLC 71/03) continua a ser discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h. O colegiado deve votar ainda projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03) e proposição que altera o Código Tributário Nacional para tratar do parcelamento das dívidas tributárias de empresas em processo de falência (PLC 70/03).

Comissão vota fim das listas tríplices na escolha de reitores

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) vota, entre outras, proposta que acaba com as listas tríplices no processo de escolha de dirigentes universitários (PLC 95/03). Atualmente, os reitores e vice-reitores são escolhidos pelo presidente da República, a partir de lista tríplice elaborada por um colegiado.

A comissão vota ainda requerimento solicitando audiência pública para discutir o projeto que obriga a inclusão de advertência, nas embalagens e propagandas de bebidas alcoólicas, sobre os males causados pelo consumo em excesso da substância (PLC 35/00).

CPIs ouvem Celso Pitta e dom Thomás Balduino

O ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta (foto) presta depoimento hoje às 11h na CPI do Banestado. Ele vai falar sobre denúncias feitas por sua ex-mulher, Nicéia Pitta, de que ele possui contas bancárias no exterior e que teriam sido usadas para desvio de dinheiro público. Às 13h30, a CPI da Terra ouve o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Thomás Balduino. Às 10h, a Comissão Externa das Questões Fundiárias discute seu relatório final.



Audiência sobre a Amazônia

A Subcomissão da Amazônia vota hoje às 9h30 requerimento convidando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para participar de audiência pública. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) também vota requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União.

Desemprego e renda

O Senado realiza hoje, na Ala Nilo Coelho, o seminário *Desemprego e Renda - Diagnóstico e Perspectivas*, uma iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS). Às 16h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, Marcelo Crivella (PL-RJ) fala sobre política de defesa nacional.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INCENTIVO Serys destaca presença do ministro José Dirceu na cerimônia

Serys ressalta abertura de curso sobre software livre

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) elogiou a realização, pela Universidade dos Cordeiros, de curso de capacitação em *software* livre, iniciado ontem, com 2.200 inscrições, e com término previsto no dia 30.

– O *software* livre já é uma realidade no Brasil, resultante da vontade e determinação do governo, e, principalmente, uma vitória da inteligência dos brasileiros – assinalou.

Serys destacou a presença do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, na cerimônia de abertura do curso e disse que ele é um dos “grandes incentivadores” do *software* livre.

Serys também cumpriu o compromisso que assumiu de, todas as vezes em que ocupar a tribuna, cobrar a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma da Previdência, a PEC paralela. “Vão cansar de me ouvir”, alertou. Ela voltou a pedir a liberação de pelo menos 10% dos recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os órgãos responsáveis pela recuperação de rodovias.

Reforma política

A senadora defendeu a discussão urgente pelo Congresso da reforma política. Para ela, essa reforma deveria ter sido a primeira a ser debatida e aprovada, pois facilitaria os demais.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou com Serys sobre a importância da reforma política.

A violência no campo foi citada pela senadora, que apontou os anos de concentração fundiária e de renda como causas do problema. Ela demonstrou confiança em que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra produzirá um retrato fiel da questão fundiária no Brasil.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Governo tenta acordo para liberar a pauta

■ **Estratégia da liderança é colocar MP da Cofins em votação hoje e sancionar a lei na quinta-feira**

Sem a votação da medida provisória que cria cargos e funções públicas, as empresas e prestadores de serviços ficarão seriamente onerados com as novas alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), matéria que também é objeto

de MP em pauta no Senado. Esse é o argumento que os líderes da base governista usarão em reunião hoje, às 11h, para convencer a oposição a fechar um acordo e liberar a pauta de votações do Plenário, segundo informou ontem o relator da medida provisória da Cofins, Romero Jucá (PMDB-RR).

— A recusa em votar não prejudica o governo, mas o contribuinte — afirmou Jucá depois de reunião no gabinete do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), com representantes de partidos e o secretário da Re-

ceita Federal, Jorge Rachid. Eles discutiram mudanças para amenizar o efeito das novas alíquotas da Cofins.

A idéia do governo é colocar a MP 164/03 da Cofins e do PIS/Pasep em votação hoje. Aprovada, a matéria poderia ser votada na Câmara dos Deputados amanhã e, obtendo aprovação, ser sancionada pelo presidente da República ainda na quinta-feira. Isso impediria que as alíquotas consideradas altas entrassem em vigor no dia 1º de maio. Ocorre que a polêmica MP dos cargos e funções é o

primeiro item da ordem do dia. Se não for votada, a pauta continuará trancada.

A elaboração do texto final da MP da Cofins depende de acertos com líderes empresariais.

Segundo Romero Jucá, as modificações vão garantir tratamento especial para 16 produtos de vários setores, como saúde, agricultura (hortigranjeiros, algodão *in natura* etc.), papel-jornal importado, fármacos, insumos para produtos de exportação, insumos para embalagens, aviação e produtos monofásicos.



LIDERANÇAS Jucá acredita que reunião ainda de manhã poderá convencer opositoristas

CCJ debate com ministro limite de vereadores por município

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá debater amanhã, a partir das 10h, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, a regulamentação do número de vereadores por município segundo o critério de proporcionalidade populacional exigido pela Constituição federal. Também participam da audiência o ex-ministro do STF Moreira Alves e o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim.

Os representantes do Judiciário foram convidados para colaborar na instrução da proposta de emenda à Constituição (PEC 7/92), em reexame na CCJ. A PEC altera a distribuição de vereadores entre os limites mínimo (9) e máximo (55) de acordo com o número de habitantes dos municípios, mas transfere a decisão para os tribunais regionais eleitorais.

O STF regulamentou o artigo 29 da Constituição definindo limites para a quantidade de vereadores segundo a população dos municípios.

A decisão, endossada por portaria do TSE, deverá valer para as eleições de outubro deste ano e resultará na redução de quase 9 mil vagas nas câmaras municipais.

A comissão poderá votar também requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre os valores do Imposto de Renda arrecadados nos anos de 2002 e 2003 pelas instituições bancárias.



DECISÃO Senadores da CAE esperam definir o projeto que regulamenta a recuperação de empresas

Comissão de Assuntos Econômicos poderá votar Lei de Falências hoje

Substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto de lei da Câmara (PLC 71/03) que institui a nova Lei de Falências é um dos três itens que deverão ser votados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De iniciativa do Executivo, o projeto regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais.

Ao texto, que será submetido ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ao Plenário, foram apresentadas 110 emendas.

Segundo o relator, a nova Lei de Falências cria instrumentos que permitirão às empresas recuperáveis a superação de dificuldades temporárias e abre um leque de possibilidades de reorganização, aumentando as chances de recuperação efeti-

va das empresas.

Também está na pauta da comissão projeto de lei da Câmara (PLC 70/03), com substitutivo de Tebet, que promove alterações no Código Tributário Nacional para compatibilizar esse texto legal com a nova Lei de Falências.

Igualdade racial

Os senadores da CAE deverão votar ainda hoje projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Com parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA), que apresentou cinco emendas ao texto original, a proposta de Paim estabelece como objetivo do estatuto “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”.

O projeto do estatuto considera discriminação racial “toda

distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública”.

Paim propõe a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para a implementação de políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros.

Depois de ser examinado pela CAE, o Estatuto da Igualdade Racial será analisado pelas comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nessa última, receberá decisão terminativa.

Subcomissão da Amazônia faz reunião com Marina Silva

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deverá comparecer hoje a audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia — que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) — para tratar de assuntos relacionados com a região. A reunião foi solicitada por requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e está marcada para começar às 9h30.

Entre os temas a serem abordados estão os altos índices de desmatamento da floresta amazônica e notícias sobre a possível extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia do ministério. De acordo com o senador, a revista *Veja*, na matéria intitulada “Corte na selva”, da edição do último dia 10, noticiou a intenção do governo de extinguir o órgão, que estaria, também segundo a reportagem, com o “espólio retalhado entre diversas seções do ministério”.

Sobre o desmatamento, Arthur Virgílio quer esclarecer matéria do dia 8 deste mês, do jornal *O Globo*, informando que, no período de agosto de 2002 a agosto de 2003, foram desmatados 23.750 quilômetros quadrados, o segundo maior índice de desmatamento registrado na região.

Em outra reunião, marcada para quinta-feira (29), a CRE irá examinar as indicações dos diplomatas de carreira Lúcio Pires de Amorim, para o cargo de embaixador na África do Sul, e Elim Saturnino Ferreira Dutra, para o Egito.

Romero Jucá mostra importância do arroz irrigado



Romero Jucá acredita no mercado externo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) informou que o estado de Roraima vem se preparando técnica e cientificamente para melhorar cada vez mais a qualidade e a produtividade da cultura de arroz irrigado. Ele

previu que, somente dessa maneira, Roraima poderá conquistar a competitividade internacional e se preparar para atender à alta demanda de consumo de arroz no mundo projetada para os próximos 20 anos.

Como exemplo, Romero Jucá observou que, apenas no continente asiático, as pressões de consumo deverão elevar as importações regionais em mais de 10 milhões de toneladas nas próximas duas décadas. Ele destacou ainda que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que a cultura de arroz é essencial em todo o mundo, já que contribui de maneira vital para a erradicação da fome.

O senador salientou que Roraima é reconhecido como a última fronteira agrícola do país e já começa a figurar no mapa do agronegócio nacional e internacional.

Lúcia Vânia critica política agrária e violência no campo



Lúcia Vânia lê da tribuna editorial de jornal

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou, em discurso, o tratamento que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem dado à reforma agrária e à ocupação de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para reforçar suas afirmações, a senadora leu na tribuna editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 20. De acordo com o jornal, nunca se viu na história da administração pública brasileira uma guerra tão intensa do governo contra os fatos.

– A matéria, de extrema atualidade, alerta-nos sobre os efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos estados brasileiros. Ressalto mais uma vez a necessidade de uma providência por parte do governo Lula para evitar situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil – afirmou.

Augusto diz que subsolo de terras indígenas atrai ricos

Senador opina que demarcação contínua das reservas acabará com cidades e expulsará produtores

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse que a demarcação contínua da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, atende aos interesses dos países ricos do planeta, que se fazem representar no Brasil por organizações não-governamentais (ONGs). Ele opinou que, mais do que preservar o índio, sua cultura e tradição, o interesse está no rico subsolo que a área possui.

– Acredito não só que o interesse é pelo subsolo, como acredito que as ONGs estão querendo, também, nossa biodiversidade. Aliás, o tema biopirataria está na ordem do dia, e seria estultice minha acreditar que as ONGs não estão se aproveitando das reservas indígenas para praticar esse odioso crime. Estão, inclusive, se aproveitando, ou melhor, se loqueando às custas dos co-



ALERTA Augusto observa que cinco tribos poderão ficar unidas em uma mesma área

nhecimentos tradicionais de nossos índios – afirmou Augusto Botelho.

Na avaliação do senador por Roraima, a maioria dos índios e dos não-índios ocupantes da Raposa/Serra do Sol defendem a demarcação da terra em área descontínua. Ele alertou que a demarcação de forma contínua significará o desaparecimento de dois municípios do estado: Normandia e Uiramutã. Além disso, acrescentou, representará a expulsão de produtores de

arroz, milho e feijão.

Augusto também lembrou que, se a demarcação for feita como pretende o Ministério da Justiça, cinco tribos indígenas estarão unidas em uma mesma área geográfica, o que poderá provocar, no futuro, um choque de etnias.

Comissão

Em aparte, o senador Moza-rildo Cavalcanti (PPS-RR) informou que hoje a comissão que está analisando a questão da demarcação de terras indígenas no Brasil votará o relatório parcial sobre a Raposa/Serra do Sol.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que recebeu em seu gabinete o presidente e um delegado do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia e um dos sobreviventes da chacina que vitimou 29 garimpeiros na terra indígena Roosevelt, em Rondônia. Ele pediu ao presidente da República que, ao regulamentar a exploração de minérios em terras indígenas, não esqueça de garantir aos garimpeiros o direito de exercerem sua profissão.

Sibá destaca trabalho do governo para diminuir desmatamento da Amazônia

O senador Sibá Machado (PT-AC) voltou ontem a destacar a importância das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com a finalidade de propor medidas para reduzir os índices de desflorestamento na Amazônia. Ele informou que o orçamento total das ações de combate ao desmatamento na região amazônica para o exercício de 2004 será de R\$ 394 milhões.

O parlamentar lembrou que, em 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou dados alarmantes sobre o desmatamento na Amazônia. No período de agosto de 2001 a agosto de 2002, verificou-se o aumento acelerado do desflorestamento da região, em torno de 40% em relação ao período anterior, segundo disse.

Sibá ressaltou que, sob a coordenação da Casa Civil da Pre-



JUSTIÇA Sibá afirma que investigações sobre crimes ambientais serão priorizadas

sidência da República, 11 ministérios trabalham conjuntamente para a implantação de ações que vão garantir a valorização da floresta para fins de conservação e uso sustentável. Entre essas medidas, ele destacou o sistema integrado de alerta, que permitirá a detecção do desmatamento, em tempo

real, por meio de imagens de satélite.

As investigações sobre crimes ambientais, disse o senador, serão priorizadas de maneira integrada, mediante informações disponíveis nos órgãos vinculados ao Grupo de Trabalho Interministerial.

Outro ponto que vem merecendo especial atenção do Grupo de Trabalho Interministerial, conforme Sibá, é o combate à grilagem de terras públicas, por meio da criação de novas unidades de conservação, tanto de uso sustentável como de proteção integral, e a demarcação e homologação de terras indígenas.

– Vale destacar o Plano Amazônia Sustentável, que está sendo estruturado pelo Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente e que estabelecerá as bases estruturais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia – acrescentou o senador.



CUIDADOS Papaléo assinala que somente uma fiscalização eficaz pode resolver problema

Papaléo pede controle para descarte de pilha e bateria

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apelou ontem ao governo no sentido de que estabeleça metas para o controle do descarte de pilhas e baterias usadas, altamente poluidoras, conforme alertou. Para que o país não deteriore ainda mais o meio ambiente, o senador sugeriu que o governo promova a coleta seletiva de lixo, o recolhimento de baterias e pilhas pelos revendedores, o seu encaminhamento à indústria recicladora e a conscientização da população.

Papaléo lembrou que atualmente existe uma regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de número 257/99, que trata da fabricação e do descarte de pilhas e baterias de celulares após o uso.

Ele advertiu, no entanto, que, enquanto não houver uma fiscalização eficaz do cumprimento das normas, o país não sairá do dilema de ter boas leis que não funcionam por falta de execução.

As pilhas e baterias, destacou o senador, uma vez que suas embalagens sejam danificadas no solo, possuem poder altamente poluente nas águas subterrâneas, rios e mananciais vizinhos.

– O problema não é para ser encarado amanhã ou depois de amanhã. É para hoje. O Brasil produz 80 milhões de pilhas comuns por ano. Dez milhões de baterias circulam anualmente em nosso país, assim como 12 milhões de baterias automotivas e 200 mil de uso industrial – alertou o senador.



Roosevelt Pinheiro

PREVENÇÃO Marcos Guerra quer evitar desvirtuamento de mais uma contribuição

Marcos Guerra condena desvio de recursos da Cide

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) protestou ontem contra a "maneira hipócrita" como o governo vem utilizando os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Segundo dados colhidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pelo deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), dos R\$ 18 bilhões já arrecadados pela Cide desde sua criação, em 2001, só foram efetivamente usados para a infraestrutura de transportes pouco mais de R\$ 7 bilhões.

— O restante serviu para fazer superávit primário. O que temos é uma situação de profunda hipocrisia. Ao fundamentar-se a criação da Cide na finalidade, entre outras coisas, de garantir os investimentos na infraestrutura de transportes e ao desviar-se seus recursos para outros fins, o que se fez foi uma enganação. Pediu-se dinheiro para fazer uma coisa e acabou-se fazendo outra.

Apesar de esses desvios terem sido percebidos no fim de 2003, quando foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou ao governo que gastasse os recursos da Cide apenas nas finalidades para as quais a contribuição foi criada, Marcos Guerra ressaltou que o próprio STF "parece falar no vazio". De acordo com matéria publicada no jornal *O Globo*, nos três primeiros meses de 2004 "nenhum centavo da Cide foi gasto com as rodovias federais, que se encontram em péssimo estado de conservação", afirmou o senador.

Marcos Guerra alertou para a necessidade de se evitar um desvirtuamento da Cide, como ocorreu com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

■ Exército e PF já mostraram que não têm condições de impedir tráfico de armas, diz secretário

Em depoimento à Subcomissão de Segurança Pública do Senado, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, pediu aos senadores e aos deputados que "encontrem alguma forma" de tirar a Polícia Federal e o Exército da vigilância das fronteiras do país, criando uma Guarda de Fronteiras e uma Guarda Costeira. Para ele, a PF e o Exército já mostraram que não têm condições de impedir o tráfico de drogas e de armas, o que vem agravando a criminalidade nas grandes cidades.

Garotinho fez a proposta depois que o presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), pediu sugestões para reduzir a criminalidade no país. O governador do Rio fez ainda pesadas críticas ao governo Lula, que, "além de não ajudar em nada, está ainda tirando coisas do Rio". Ele lembrou que, apesar de adversário do governo Fernando Henrique Cardoso, "o Rio foi bem tratado, ao contrário de agora. Não sei se é porque Lula perdeu as eleições no Rio de Janeiro, no primeiro turno".

Essa foi a segunda reunião promovida pela subcomissão para ouvir autoridades do Rio sobre seus problemas de segurança. Anthony Garotinho disse que a cidade do Rio já viveu



Márcia Kalume

SUGESTÕES Garotinho fala aos senadores da Subcomissão de Segurança Pública do Senado

situação mais difícil em 1994 e 95, ano em que o Exército estava ajudando a patrulhar a cidade. Afirmou que, neste ano, já houve redução em nove tipos de crimes, apesar de a invasão da favela da Rocinha por um grupo rival de traficantes, com a consequente tomada da área pela polícia, ter provocado "a sensação" de que a situação na cidade "se tornou insuportável".

Garotinho disse ter entregue ao presidente Fernando Henrique, em 2002, um programa de segurança integrado estados-União, com várias sugestões, mas "nada foi levado à frente". Por isso, ele fez as mesmas sugestões que estavam no plano, além da criação da Guarda de Fronteiras e da Guarda Costeira: proibição total da comercialização de armas de

fogo e construção de presídios federais nos estados. Ele disse que não entendeu por que os deputados mudaram o Estatuto do Desarmamento aprovado pelos senadores. Quanto aos presídios federais, criticou a lentidão do governo federal.

— Metade dos 14 mil presidiários do Rio cometeu crimes que são tratados pela área federal, como tráfico de drogas e armas. Por que a União não pode ajudar os estados a cuidar desses presos? Por que eles têm de ficar sob a responsabilidade dos estados? Por que os estados não devem receber verbas federais para cuidar desses presos?

Anthony Garotinho citou dados sobre a criminalidade no Rio, divulgados pela imprensa desde que a situação da Rocinha entrou nas manchetes da imprensa. Lamentou que 7%

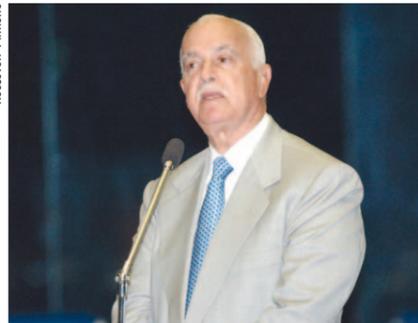
das pessoas das regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo consomem algum tipo de droga. Ele pediu ainda aos senadores que tomem a iniciativa de também tirar da Polícia Federal a fiscalização de seguranças privadas. "No Rio, temos 98 mil seguranças particulares e só oito homens da Polícia Federal para cuidar dessa fiscalização. É claro que não há fiscalização", assinalou.

Na mesma reunião, a Subcomissão de Segurança aprovou requerimento de Tasso Jereissati convidando para falar sobre o massacre de garimpeiros pelos índios cintas-largas o governador de Rondônia, Ivo Cassol, o presidente da Funai, Mécio Gomes, e o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda. Eles deverão vir ao Senado nesta quinta-feira, às 10h.

ACM explica que não reprimiu campanha das diretas

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu a transcrição nos Anais do Senado de matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que corrige reportagem divulgada no domingo, sobre sua participação em episódio contra militantes da campanha Diretas Já, na Bahia. Segundo o jornal, Antonio Carlos, na época governador, teria ordenado que tropas de soldados acompanhados por cães atacassem e contivessem participantes de comício do PMDB pela campanha das eleições diretas.

Em sua edição de domingo,



Roosevelt Pinheiro

RETIFICAÇÃO ACM pediu transcrição de matéria de *O Estado de S. Paulo*

anunciou Antonio Carlos, o jornal retificou a informação. Explicou que o fato ocorreu no governo de seu sucessor, Ro-

berto Santos, portanto, não em 1973 como foi publicado, mas no ano de 1977.

Antonio Carlos Magalhães disse que em seu governo o que aconteceu foi a abertura do primeiro congresso da União Estadual dos estudantes, "contra a vontade do governo federal". O senador acrescentou que não estava renegando o regime militar, por acreditar que "muita coisa boa foi feita naquele período", embora hajam ocorrido

muitas outras que "não deviam ter sido feitas".

Ele lembrou que o regime implantado em 1964 contou com o apoio da população civil, assim como também o teve o movimento pelas eleições diretas.

O senador lamentou que seu sucessor no governo da Bahia, Roberto Santos, tenha ordenado a intervenção contra militantes civis. Antonio Carlos afirmou que suas administrações foram marcadas pelo apoio popular e pelo progresso na Bahia e sustentou que governou com autonomia durante o regime militar.

Ideli afirma que governo Lula está mudando o país

Senadora responde a críticas feitas por parlamentares do PSDB e por Fernando Henrique Cardoso

Fotos: Roosevelt Pinheiro



MÉRITO Ideli Salvatti aponta avanços com atual política econômica e social

A política econômica e social do governo Luiz Inácio Lula da Silva é bem diferente da implementada nos oito anos anteriores e está promovendo mudanças no país. A afirmação foi feita pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), ao contestar da tribuna as críticas feitas pelo PSDB, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e por pessoas que integram o seu governo.

– Se acham que o presidente Lula não mudou nada, por que estão reclamando em entrevistas e discursos? A verdade é que está mudando. Hoje, a política não é mais a do Estado mínimo, em que o poder de tudo fica com o mercado. No nosso governo, o Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento. Não há mais venda de

netário Internacional (FMI), de se retirarem os investimentos públicos em infra-estrutura do cálculo de superávit primário das contas públicas. “Isso significa que haverá mais dinheiro para investimentos”, resumiu a senadora. A nova política industrial foi apontada pela líder petista como outra grande diferença entre o governo passado e o atual.

Programa de reforma agrária, investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), habitação e saneamento, nova legislação do setor elétrico, crédito para pequenos empreendedores, reforma universitária e parceria público-privada foram outros pontos mencionados por Ideli como inovações que diferenciam os dois governos.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que o governo “deve enfrentar os problemas do país daqui para a frente”.

estatais. Os juros são os mais baixos dos últimos dez anos. E ainda dizem que não mudamos nada?

Ideli destacou, numa lista com 13 diferenças entre o governo atual e o passado, a concentração de esforços no Bolsa-Família, “que vai atender 40 milhões de pessoas em 2006”. Ela incluiu ainda a política externa de afirmação diante dos países desenvolvidos e a aproximação com a China, a Índia e a Rússia.

A senadora ressaltou a decisão, anunciada pelo Fundo Mo-



EXPECTATIVA Valmir Amaral manifesta confiança no governo do presidente Lula

Chegou o momento de agir, diz Valmir Amaral

Apesar de afirmar que “não dá mais, é hora de agir, não há mais espaço para discussão ideológica”, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) manifestou ontem, em discurso no Plenário, sua confiança no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Mas tem que tomar as providências necessárias para estabelecer uma política de desenvolvimento industrial moderna e ativa – alertou.

Para Valmir Amaral, o mo-

mento é de mudar e seguir adiante, pois o Brasil corre o risco de ficar definitivamente no Terceiro Mundo, sofrendo os inconvenientes do chamado “círculo vicioso da pobreza”. Ele afirmou que o empresariado brasileiro sempre soube enfrentar e vencer desafios, como as crises econômicas internas e externas, mas observou que é preciso um projeto de desenvolvimento industrial e nacional de médio e longo prazos.

– Não podemos aceitar a destruição da capacidade produtiva nacional em nome de uma falsa liberdade econômica e livre concorrência internacional, não praticada pelos países desenvolvidos, mas duramente cobrada dos países mais pobres.

Valmir Amaral lembrou que o Brasil precisa criar 15 milhões de empregos, que podem ser viabilizados com uma política de importação que eleve os índices de nacionalização da produção industrial. Ele defendeu uma política agressiva de exportações, com a participação dos empresários no processo de planejamento de decisões para possibilitar aumentos sustentados da produtividade, e ainda mais investimento em educação e infra-estrutura.

Alvaro: avanços não são vistos pela população

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) rebateu alguns argumentos utilizados pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em pronunciamento anterior, quando a líder petista enumerou 13 pontos que atestariam as diferenças entre os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. O parlamentar comentou que teria condições de apontar um número superior de mudanças, mas todas elas para comprovar que o Brasil mudou para pior na atual administração.

– Quando vejo o entusiasmo da senadora relatando avanços que a população não vê, imagino que estou vivendo em um outro mundo, o mundo da realidade, enquanto ela está vivendo no mundo da utopia. Não podemos concordar que seja uma mudança para melhor o desempenho da economia do país no ano passado, só comparável ao do ano do *impeachment* do então presidente Fernando Collor.

Alvaro também criticou o fato de o governo comemorar um superávit fiscal recorde em mar-



REAÇÃO Alvaro Dias afirma que superávit foi obtido com redução dos investimentos

ço. Ele registrou que o resultado somente foi obtido graças à redução no ritmo dos investimentos públicos. O senador afirmou que apenas 1,17% dos investimentos autorizados no ano pela lei orçamentária havia sido pago até o dia 8 de abril. Não fosse o pagamento da primeira das quatro parcelas do novo avião presidencial (quase R\$ 47 milhões em fevereiro), disse, os investimentos públicos não teriam alcançado R\$ 100 milhões até a data do último levantamento disponível.

Paraguai

Alvaro Dias sugeriu ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que inicie, no âmbito do colegiado, um debate sobre notícias de que teria ocorrido uma farsa envolvendo o assassinato do então vice-presidente do Paraguai Luis Argaña, em 1999. O senador paranaense informou que legistas brasileiros e argentinos atestaram que o vice-presidente já estava morto quando recebeu diversos tiros nas ruas de Assunção.

– Respeitamos o princípio constitucional da não ingerência, mas creio que cabe, sim, uma análise por parte das comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara sobre o caso. Certamente, Suplicy não se negará a tratar do assunto, convocando uma audiência com o assessor internacional do governo, Marco Aurélio Garcia. Quem sabe a CRE possa sugerir uma denúncia formal à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que seja feita uma investigação.



DECISÃO Para Paulo Octávio, julgamento da Justiça Eleitoral vai reafirmar vontade das urnas

Paulo Octávio confia na absolvição de Roriz pelo TSE

Em nome do PFL do Distrito Federal, o senador Paulo Octávio (DF) manifestou a convicção de que o governador Joaquim Roriz (PMDB) e a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB) serão absolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo instaurado por suposto uso da máquina pública. O julgamento ocorrerá na quinta-feira.

– Tenho marcado minha vida pública pelo comportamento de lealdade para com os companheiros e amigos de jornada

política, procurando sempre estar ao lado deles, não somente nos bons momentos, mas, e principalmente, nas horas de dificuldade – afirmou.

Paulo Octávio disse ter acompanhado “com atenção” os discursos de solidariedade ao senador João Capiberibe (PSB-AP) – que também está sendo julgado por suposto abuso do poder econômico nas eleições de 2002 – e que não poderia deixar de expressar sua convicção quanto à absolvição.

– Creio que o povo do DF irá acompanhar com muita atenção esse julgamento, que, a meu ver, irá reafirmar a vontade das urnas, expressa livremente pela população, que deu a Roriz o direito de continuar governando a capital federal.

Segundo Paulo Octávio, “não foi à toa que Roriz e Maria Abadia saíram vitoriosos nas eleições de 2002, assim como nas mais de 30 ações propostas por adversários perante a Justiça Eleitoral”.

– Tenho certeza de que os magistrados não irão se influenciar por esse clima de pré-julgamento que alguns opositores tentam passar através de matérias em alguns jornais que previamente condenam o nosso governador – concluiu.

SALÁRIO MÍNIMO

João Ribeiro diz que municípios suportam reajuste maior

O senador João Ribeiro (PFL-TO) pediu ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se esforce para elevar o salário mínimo a R\$ 300. O senador lembrou que os trabalhadores que votaram em Lula tinham uma grande expectativa de ver suas vidas melhorarem, e apelou para que o governo não os decepcione.

João Ribeiro argumentou que muitos estados da Federação já estabeleceram um piso salarial maior do que o vigente à época, citando como exemplo o estado do Tocantins, onde o então governador Siqueira Campos elevou o mínimo para R\$ 300 quando o que vigorava ainda era de R\$ 150 — atualmente o mínimo é de R\$ 240.

O senador disse ainda que não é verídica a afirmação da equipe econômica do governo de que os municípios quebrariam com um salário mínimo



REAJUSTE João Ribeiro pede ao governo que se decida pelo aumento do mínimo para R\$ 300

alto. De acordo com o senador, muitos pequenos municípios do Tocantins têm plenas condições de arcar com um mínimo de R\$ 300.

Embora não tenha votado em Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, o senador observou que a bancada de seu estado — os três senadores e sete deputados — tem votado com o governo por entender que “está no caminho certo”.

— Sendo assim, temos moral para cobrar e pedir ao governo que tenha um pouco de compaixão daqueles que dependem do salário mínimo para sua sobrevivência — concluiu.

mou o senador.

Hoje haverá debate sobre emprego e renda no Senado e um dos participantes, o economista Márcio Pochman, secretário do Trabalho da prefeitura de São Paulo, antecipou que apresentará estudo mostrando que prefeituras e estados ganham com o aumento do salário mínimo acima da inflação, adiantou Paim. Isso porque há um aumento da renda, que gera crescimento da economia e da arrecadação.

O senador voltou a cobrar do governo que negocie para que a Câmara vote ainda neste semestre a chamada emenda paralela da Previdência, fruto de acordo partidário feito no Senado, no fim do ano passado. A PEC paralela restabelece algumas das vantagens tiradas dos funcionários públicos pela reforma da Previdência.

— Se a Câmara dos Deputados não votar até o final de junho, não vota mais, porque o ano legislativo, por causa das eleições municipais do segundo semestre, vai terminar em junho. Alerto o governo que, se não cumprir o acordo, poderá enfrentar problemas no Senado mais tarde. Não podemos esquecer de que a reforma tributária ainda voltará ao Senado — disse.



APOIO Paim lê carta de chefes de Executivo que garantem poder arcar com reajuste

Paim: prefeitos gaúchos podem pagar salário de R\$ 300

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário carta que recebeu da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, na qual os prefeitos sustentam que conseguem pagar o salário mínimo de R\$ 300, caso seja esse o novo valor a ser anunciado pelo presidente da República ainda nesta semana.

— Essa afirmação contesta, de certa forma, as notícias de que as prefeituras brasileiras não têm condições de arcar com um salário mínimo desse nível, como venho defendendo — afir-

Tourinho analisa acordo pioneiro do país com FMI

■ Para o senador, excluir investimentos em infra-estrutura do superávit fiscal não é a saída para a economia



SAÍDA Tourinho acredita que solução para o crescimento é reduzir o superávit primário

Mesmo considerando importante a negociação que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, está mantendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para excluir investimentos públicos produtivos dos cálculos do superávit fiscal, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) comentou que essa medida não será a solução para fazer o país crescer. A melhor solução para a economia brasileira voltar a crescer é a redução do superávit primário, observou.

Tourinho leu trechos de matéria publicada na edição de ontem de *O Estado de S. Paulo*,

intitulada “Brasil vai testar novo modelo de investimento”. O texto do jornal destaca o anúncio feito pelo ministro Palocci de que o Brasil será um dos pioneiros a participar de projetos-piloto para testar a exclusão dos investimentos públicos em infra-estrutura dos cálculos do superávit fiscal.

O senador pela Bahia infor-

mou que estudo recente do FMI constatou que os investimentos em infra-estrutura na América Latina caíram de US\$ 70 bilhões em 1998 para US\$ 30 bilhões em 2001. Ele explicou que essa redução tornou-se um obstáculo para o crescimento da região. Somente no setor elétrico, exemplificou, a queda de investimentos no Brasil foi de US\$ 13,5 bilhões na década de 80 para cerca de US\$ 6,2 bilhões nos anos 90.

Rodolpho Tourinho lembrou que, quando foi ministro de Minas e Energia (1999-2001), buscou firmar parcerias com a iniciativa privada para executar programas prioritários na área de termoeletricidade.

A iniciativa foi uma antecessora do programa que o governo Luiz Inácio Lula da Silva pretende implantar no país, o de parcerias público-privadas (PPP), afirmou.

Simon apóia mudança e elogia governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou ontem a mudança de posição do FMI. O organismo passou a aceitar que investimentos em infra-estrutura não sejam incluídos no cálculo do superávit primário. O assunto, destacado pela imprensa nacional em manchete de capa e páginas internas, foi tema de três discursos do senador neste mês de abril, no Senado.

“O governo brasileiro fez bem ao insistir no assunto junto ao FMI, pois realmente estavam dadas as condições para que a



MAIS RECURSOS Simon prevê que agora vai sobrar dinheiro para obras de infra-estrutura

flexibilização se efetivasse, apesar do pessimismo daqueles que sempre se posicionam de

forma submissa diante dos credores internacionais”, afirmou o senador. Para Simon, “agora, deverão sobrar recursos para recuperação e modernização da infra-estrutura, o que reduzirá o custo Brasil”.

O FMI reconheceu, em comunicado oficial, que “a falta de investimentos em infra-estrutura pode ser um impedimento para o crescimento”.

Dirigentes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também se manifestaram favoráveis à tese.

Suplicy sugere que Senado aprofunde debate sobre teles

Diante dos documentos apreendidos pela polícia na Telefônica sobre a formação de cartel dessa empresa com a Brasil Telecom e a Telemar e de matérias veiculadas sobre o tema pela *Folha de S. Paulo* no domingo e ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou em Plenário que vai apresentar hoje requerimento na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que o Senado possa se posicionar melhor sobre o tema e constatar se realmente houve abuso econômico.

Para o senador, esses novos acontecimentos provam a importância da apuração completa dos fatos. Suplicy lembrou que o tema já foi debatido na Comissão de Fiscalização e Controle por duas vezes e pela Comissão de Assuntos Sociais, com o comparecimento das empresas interessadas no negócio e autoridades.

Na opinião de Suplicy, nesse novo debate os senadores deveriam ouvir representantes da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, do Conselho Admi-



CARTELIZAÇÃO Suplicy apresenta hoje requerimento à CAE sobre abuso econômico

nistrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), além de questionar as medidas que esses organismos estão tomando para evitar que os consumidores sejam prejudicados.



Ana Júlia Carepa



Benedita da Silva



Eunice Michilles



Heloisa Helena



Ideli Salvatti



Júnia Marise



Laélia de Alcântara



Lúcia Vânia



Alacoque Bezerra



Maria do Carmo Alves



Marina Silva

Sarney lança nesta quinta biografia das senadoras

■ Livro mostra dados pessoais e atuação das 28 mulheres que já assumiram mandato na Casa

O presidente do Senado, José Sarney, vai lançar nesta quinta-feira o livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*. A publicação, comemorativa do Ano Nacional da Mulher, reúne o perfil e a atividade parlamentar das 28 mulheres que exerceram mandato na Casa desde que Eunice Michilles assumiu uma cadeira, em 1979, representando o Amazonas.

A primeira senadora brasileira foi empossada em razão do falecimento do titular, e exerceu o mandato até 1987, sempre como a única voz feminina na Casa. Somente em 1991 é

que seriam eleitas as senadoras Júnia Marise, por Minas Gerais, e Marluce Pinto, por Roraima. Atualmente, nove senadoras desempenham o mandato. A senadora Marina Silva licenciou-se para assumir o Ministério do Meio Ambiente. Todas devem estar presentes ao lançamento.

Na publicação, editada pela Subsecretaria de Arquivo, estão disponíveis dados pessoais, formação educacional, mandatos eletivos, cargos públicos, informações profissionais, resumo da vida política, missões no exterior, homenagens recebidas, participação em congressos e seminários, e também ementas dos discursos pronunciados e dos projetos apresentados.

Além de homenagear as mulheres, o Senado pretende, com a publicação, destacar a luta delas pelo pleno exercício da

cidadania, expressa de forma mais clara justamente na representação política. A obra também atende a inúmeras solicitações de jornalistas e estudiosos, que constantemente recorrem aos bancos de dados da Casa em busca de informações sobre a atuação das senadoras.

A diretora do Arquivo do Senado, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, ressaltou a ênfase dada pelo presidente do Senado aos projetos de preservação da memória do Legislativo, lembrando que ele foi o responsável pela reformulação das instalações físicas do Arquivo, em 1996.

– O apoio do senador José Sarney a esse evento sinaliza o fecho de um ciclo e a abertura de um novo, em que os projetos sobre a memória do Poder Legislativo desdobram-se e começam a ganhar corpo – afirmou a diretora.



Valdiolanda Teófilo



Maria Syrlei



Maria Benigna Jucá



Luzia Toledo



Marluce Pinto



Patrícia Saboya



Regina Assumpção



Roseana Sarney



Emília Fernandes



Fátima Cleide



Dulce Braga



Íris Célia



Sandra Guidi



Serys Shlessarenko



Thelma Siqueira Campos



Íris de Araújo



Eva Blay

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Luiz Otávio, Augusto Botelho e Papaléo Paes